

## INTERVENÇÃO TEMERÁRIA

**A** História ensina que intervenções militares são processos que a sociedade sabe como começam mas não como terminam. A incerteza gera clima de profunda insegurança e abala pilares do Estado de Direito, como mostram especialistas e autoridades ouvidos pela reportagem da Adufrj. A grande maioria dos estudiosos discorda da medida. Todos sinalizam o contexto da ação: a estratégia do presidente Temer de mudar a agenda política do país e trocar o fracasso da reforma da Previdência por uma temerária intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro.

Preocupada com o destino da cidade e do país, a diretoria da Adufrj propõe perguntas para orientar a reflexão sobre o que acontecerá nos próximos meses. “Por que fazer uma intervenção? Qual é o plano? Tem legitimidade? As garantias individuais serão respeitadas? Qual o custo? Quais as metas? O que é uma intervenção bem sucedida?”, questiona a presidente da Adufrj, socióloga Maria Lúcia Werneck. Sem essas respostas, sem parâmetros e metas claras, a sociedade fica refém do discurso político e do braço forte dos estrategistas da intervenção.

MARCOS CORRÊA / EBC



## ARTIGO

## MICHEL MISSE

Professor Titular de Sociologia – IFCS/UFRJ  
Coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania,  
Conflito e Violência Urbana da UFRJ.

■ A maneira com que foi deslançada essa intervenção surpreendeu a todos, o que indica que não houve planejamento, discussão prévia de objetivos e estratégias e justificativa séria para uma decisão tão grave. Tudo leva a crer que o objetivo imediato foi político, seja para tentar diminuir a rejeição de Temer, seja para capitalizá-lo para as próximas eleições, apropriando-se de parte do discurso repressivo do candidato da extrema direita.

No plano operacional eles ainda não sabem o que fazer de novo, no Estado do Rio, além do que já fizeram antes. É claro que agora o poder é total, mas isso também aumenta enormemente a responsabilidade das Forças Armadas. Como ainda não se sabe como ser bem

sucedida no curto prazo enfrentando problemas acumulados nos últimos quarenta anos, fica-se com a impressão de que as Forças Armadas tentarão inovar. É aí que resta o perigo.

A tentativa de se obter no STF medidas coletivas de busca e apreensão não deve ser aprovada, mas indica que os objetivos continuam a ser as áreas de baixa renda da cidade, controladas por facções e milícias. Se essas medidas, que são claramente inconstitucionais e contrárias ao que o Código de Processo Penal expressamente determina, forem aprovadas pelo STF, estaremos a um passo de uma radicalização sem precedentes desde o período de redemocratização e o STF terá abdicado de suas atribuições constitucionais a favor dos militares. É ainda cedo para avaliar todas as terríveis consequências.

O sentimento de segurança e insegurança no Rio de Janeiro já sob intervenção federal oscila no mesmo diapasão

das classes sociais que sofrem a violência cotidiana. As classes médias em geral, especialmente as que apoiaram o golpe de 2016, querem a movimentação militar, ainda que cautelosamente. Sentem-se mais seguras com os militares nas ruas, prevenindo os assaltos a pedestres e carros. Os setores mais à esquerda nas classes médias, os trabalhadores sindicalizados e as camadas populares que habitam os bairros e favelas onde operam traficantes e milicianos, áreas preferenciais da atividade repressiva das polícias e das operações militares, sentem-se mais inseguros com a intervenção e suas possíveis consequências. Os dois ou três próximos meses deixarão mais claras as opções tomadas pelas autoridades, suas consequências e responsabilidades, bem como as formas de resistência e oposição que se constituírem para exigir o respeito aos direitos civis e, em geral, às leis e à Constituição.

# INSEGURANÇA PÚBLICA

> Especialistas, políticos e ativistas analisam a intervenção e alertam para os perigos que rondam a medida decretada pelo governo Temer

FERNANDO FRAZÃO/EBC

## # POR QUE FAZER UMA INTERVENÇÃO?

“Tudo leva a crer que o objetivo imediato foi político, seja para diminuir a rejeição de Temer, seja para capitalizá-lo para as eleições, apropriando-se de parte do discurso repressivo do candidato da extrema direita”, avalia o sociólogo **Michel Misse**, professor do IFCS. Para ele, a intervenção foi a solução encontrada por Temer para tirar o foco da reforma da Previdência - prometida ao mercado, mas que não seria aprovada.

Para **Ignacio Cano**, sociólogo e coordenador do LAV (Laboratório de Análises da Violência da Uerj), a medida é eleitoral, pois nem o governo federal nem o estadual têm legitimidade para implementar um plano de segurança. Com dois governos agonizantes, a intervenção assume cores político-eleitorais. No Rio, o grupo do PMDB, que quebrou o Estado e assaltou os cofres públicos, comanda a segurança desde 2011. O avanço da criminalidade explicita o fracasso das UPPs. “É autointervenção. O PMDB nacional e o do Rio estão intervindo numa situação que eles produziram”, afirma Cano. Ao votar contra a intervenção, a deputada **Jandira Feghali** (PCdoB-RJ) questionou o argumento de que a maior

preocupação foi a vida das pessoas. “No dia em que Temer assinou o decreto ele demonstrou total falta de escrúpulos ao dizer: ‘Quando o Congresso disser que pode votar a Previdência, suspendo a intervenção’. Subordinou a vida das pessoas à possibilidade de retirar a aposentadoria e dar satisfação aos bancos. Esta intervenção é uma cartada política, de grande risco para o povo”, afirmou.

## # QUAL É O PLANO? QUAL O CUSTO?

**Misse** analisa que, no plano operacional, os novos gestores não sabem o que fazer além do que já foi feito antes. O deputado **Chico Alencar** (PSOL-RJ) explicita o desconhecimento geral sobre o decreto: “Não está claro o que será esse decreto além da teatralidade dos tanques nas ruas. Sequer há previsão orçamentária”. Para o senador **Lindberg Farias** (PT-RJ), a intervenção é um factóide político para tentar esconder cortes em áreas fundamentais, inclusive segurança. “Qual a moral do Temer, que pegou um orçamento em 2016 de R\$ 6,1 bilhões para a Segurança Pública? Sabe para quanto reduziu em 2018? R\$ 3,9 bilhões. Só que contingenciaram R\$1 bilhão. O repasse para os Estados em

dois anos na rubrica segurança pública foi reduzido em 50%”, afirmou **Farias**, que também votou contra o decreto.

## # A POPULAÇÃO QUER A INTERVENÇÃO?

Os especialistas reconhecem que a intervenção conta com o compreensível apoio de parte da população, cética pela falta de governo e assombrada com a violência na rua. Cano afirma, porém, que isso representa uma antiga concepção militarista de segurança pública. Ele lembra que o Exército não tem treinamento, por exemplo, para investigar a corrupção na polícia, apontada até agora como uma das metas centrais da intervenção.

## # AS GARANTIAS INDIVIDUAIS SERÃO RESPEITADAS?

O deputado **Wadiah Damous** (PT-RJ) alertou que a intervenção vai afetar principalmente comunidades mais pobres: “Estamos vendo o governo falar em mandados de busca e apreensão coletivos. Mais uma vez é chute na porta de barraco, opressão da população mais pobre. É inaceitável. O que precisamos no Rio é de uma intervenção popular”. O diretor da ONG Redes da Maré, **Edson Diniz**, teme que, com a

intervenção, práticas policiais violentas se intensifiquem. “Essa lógica bélica justifica as incursões policiais truculentas dentro da favela. Se antigamente já entravam arrombando a porta e o morador levava tapa na cara, com essa intervenção qual vai ser o resultado?”, questiona.

## # O QUE É INTERVENÇÃO BEM SUCEDIDA?

Para os especialistas, ainda não está claro o que seria o sucesso da intervenção, já que não foi divulgado um plano. Eles lembram que intervenções militares são de alto custo, baixo resultado e risco de abusos. Na última ocupação da Maré, por exemplo, não há registros de melhoras relevantes na qualidade de vida da população. Com dois governos sem legitimidade e sem tempo até a eleição,

avalia **Cano**, o que se deve fazer é uma política de redução de danos, para tentar diminuir homicídios e tiroteios. Na avaliação de **Diniz**, a lógica da guerra só prejudica os mais pobres: “Esse tipo de segurança que vê a favela como inimiga não dará certo nunca”.

## VISÕES DISSONANTES

Diretor-executivo da ONG Viva Rio, antropólogo **Rubem César Fernandes** concorda e apoia a intervenção. “Eu acho que demorou. Deveria ter sido antes”, disse em entrevista à CBN. “Há uma crise de segurança profunda, uma desorganização das forças de segurança e das forças da legalidade. As Forças Armadas são um recurso que a nação tem e que o Brasil tem. Não acho que as Forças Armadas estejam formadas só para a guerra, essa é uma noção antiga”. Na visão do antropólogo, forças

de segurança existem para garantir a democracia e são “um fundamento da estabilidade do Estado, do seu funcionamento e da ordem que permitem a lei funcionar”.

Ele considera que uma forma de garantir a legitimidade da intervenção é o acompanhamento externo dos trabalhos dos militares por observadores atentos a possíveis excessos no tratamento da população.

O deputado federal **Miro Teixeira** (REDE-RJ) também apoia a intervenção e votou a favor da medida “O Rio pedia isso. Do jeito que estava, não podia ficar”, declarou durante a votação. “Diante da ineficiência do governo estadual, só havia um caminho. A intervenção foi modesta. Deveria ter acontecido uma intervenção no Estado. É preciso que haja amparo social para que as pessoas não se sintam criminosas”.

## ENTREVISTA | ROBERTO LEHRER, REITOR DA UFRJ

### MAIS DIREITOS, MENOS VIOLÊNCIA

#### ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufjrj.org.br

#### ■ Como avalia a intervenção?

● A medida inquieta todos os setores democráticos no Brasil e, de modo especialmente intenso, em virtude das ásperas experiências, toda América Latina. A violência urbana não é passível de ser enfrentada com a lógica de guerra e a *ratio* militar. A ocupação da Maré pelas Forças Armadas confirmou isso. Nada mudou após a saída das tropas. As experiências na Colômbia igualmente são trágicas. Esses fracassos se devem ao fato de que a missão constitucional das Forças Armadas é outra e nada tem a ver com os problemas de segurança nas cidades. Uma coisa é o uso das Forças Armadas para segurança em eventos e lugares turísticos, sob autoridade civil; outra, radicalmente distinta, é subordinar a segurança à autoridade militar. É um precedente importante, o primeiro desde o fim da ditadura empresarial-

-militar. Mais uma peça no tabuleiro do jogo político foi inserida, turvando o horizonte democrático no país.

#### ■ Qual a expectativa em relação ao plano para segurança?

● Os primeiros sinais corroboram que irá prevalecer a lógica da ocupação militar dos territórios em que vivem os trabalhadores mais explorados e expropriados, as favelas. O ministro da Defesa demandou mandados de busca e apreensão coletiva, medida que impõe o terror nas favelas, desrespeita os mais elementares princípios de garantias individuais. A experiência das UPPs nos mostra que com tal medida ocorrerá deslocamento de criminosos para outras áreas. O comandante já solicitou imprecisos poderes adicionais: quais? Não se sabe. Afirma não querer uma nova Comissão da Verdade.

#### ■ Avalia que há uso político?

● A intervenção é um ato político. O medo e o sofrimento da população são

terrenos férteis para a “mão forte”, o “pai patrão” e, por isso, inicialmente a população irá apoiá-la. O governo e muitas frações do bloco de poder sabem disso. Com a medida, alguns setores com poder e dinheiro podem estar testando uma hipótese - que é incompatível com o Estado democrático de Direito.

#### ■ Qual a dificuldade da esquerda para formular um plano de segurança com outra perspectiva?

● A esquerda, em vários sentidos herdeira do iluminismo, busca enfoques baseados na razão e nos direitos humanos, mas vivemos em uma sociedade que produz desigualdades hostis a tais valores. Quando a esquerda afirma que é a difusão máxima dos direitos humanos que interdita a violência, está correta. Em geral, países com menor desigualdade e com maior tradição democrática possuem baixos níveis de violência. Mas isso significa alterar o padrão de acumulação do capital, o que exige mudanças estruturais profundas. Não há atalho fácil para resolver essas questões, mas não será com irracionalismo e sufocamento da democracia que as resolveremos.

# Decreto regulamenta novo Marco Legal da CT&I

> **Medida facilita a atuação das fundações de apoio e a captação de recursos. Menor burocracia é reivindicação histórica da comunidade científica**

**FERNANDA DA ESCÓSSIA**

fernanda@adufjrj.org.br

**D**e um lado, desburocratização da pesquisa nas universidades públicas e mais liberdade para captar verba. De outro, alertas sobre o risco de subordinar a ciência a interesses privados. No centro da polêmica está a regulamentação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, publicada no Diário Oficial no dia 8 deste mês. O decreto 9.283 regulamenta a lei 13.243 (Lei do Marco Legal de CT&I, de 2016) e várias leis sobre o tema.

O novo Marco facilita a atuação das fundações de apoio e agiliza a captação de recursos. No Brasil, 93 fundações associadas a 132 universidades e institutos federais conduzem 22 mil projetos. Obtêm por ano R\$ 5 bilhões dos cofres públicos e privados, segundo o Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica.

Na UFRJ, duas instituições estão credenciadas no MEC: a Coppetec e a FUJB (Fundação Universitária José Bonifácio).

Para as fundações, regulamentar o Marco Legal é questão de sobrevivência – o setor público, sozinho, não garante verba. O diretor-executivo da Fundação Coppetec, Fernando Peregrino, participou dos debates sobre o texto do decreto e avalia que, se ele não é perfeito, traz avanços, como a possibilidade de remanejar recursos entre áreas de um projeto e prestações de contas mais simples, valorizando resultados.

“Já vi diferença de 0,85 centavos numa prestação de contas atrasar um repasse de R\$ 350 mil. Enquanto isso, a pesquisa para”, afirma. Outra vantagem é a possibilidade de que a fundação responsável pelo projeto retenha até 15% da verba para despesas operacionais – antiga reivindicação das fundações.

O Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino

Superior) tem avaliação contrária ao Marco, posição que foi reafirmada em seu último congresso, em janeiro, na Bahia. Na visão do Andes, o Marco ameaça o regime de dedicação exclusiva e abre as portas para privatização da universidade.

O presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Ildeu de Castro Moreira, diz que a regulamentação é positiva após mais de dez anos de luta para desburocratizar a pesquisa. Ao mesmo tempo, traz à universidade riscos e desafios, como ter gestão transparente e não permitir a apropriação do público pelo privado.

“Também se permite que o professor com dedicação exclusiva tenha tempo para esse tipo de atuação. Hoje isso acontece de modo não transparente”, afirma Moreira. Outro desafio é buscar uma relação mais ampla com a sociedade. “O marco traz vantagens, riscos e desafios da desburocratização. A universidade não pode perder a dimensão crítica sobre isso”.

## CHUVAS CASTIGAM CAMPUS DO FUNDÃO

■ O temporal da madrugada do dia 15 fechou cinco dos nove leitos do CTI do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho e interrompeu as cirurgias eletivas (não emergenciais) por tempo indeterminado. O HU realizava em média 25 dessas operações diariamente. Quase duas horas de forte chuva e ventos destruíram 1.400 metros quadrados de telhado. O hospital já havia perdido 600 metros quadrados de cobertura com as chuvas de 2017.

A reitoria solicitará recursos emergenciais ao MEC. O assunto foi discutido na plenária de decanos do



ANA BEATRIZ MAGNO

dia 19 e no Conselho Universitário do dia 22. Foram gravemente afetados o Centro de Ciências da Saúde e o edifício que abriga a reitoria, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. Cerca de 200 árvores foram arrancadas. Subestações de energia, salas de au-

las, laboratórios e auditórios foram alagados. O CCS, maior Centro da universidade, teve blocos inteiros inundados, e equipamentos foram retirados às pressas. A biblioteca foi interditada. No prédio da reitoria, parte do trabalho de recuperação realizado desde o incêndio de 2016 se perdeu. Dois metros de água foram retirados do poço dos elevadores.

Segundo a decana do Centro de Letras e Artes (CLA), Flora de Paolif, a situação dos alunos desalojados pelo incêndio se agravou “Dependemos de reparos que garantam que esses oito mil alunos possam retornar às aulas”, resumiu.